

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EaD GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA**

SHEILA REGINA SABAG

**O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER
DO ESTADO DE SANTA CATARINA:
Análise entre as conjunturas políticas de diferentes momentos e os entraves na Política
da Mulher no Estado
(2010-2015)**

FLORIANÓPOLIS

2016

SHEILA REGINA SABAG

**O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER
DO ESTADO DE SANTA CATARINA:**

**Análise entre as conjunturas políticas de diferentes momentos e os entraves na Política
da Mulher no Estado (2010-2015)**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito final à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Maria Pereira
Co-orientadora: Profa. Ma. Clair Castilhos Coelho

FLORIANÓPOLIS

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Sabag , Sheila Regina

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado de Santa Catarina : Análise entre as Conjunturas Políticas de Diferentes Momentos e os Entraves na Política da Mulher no Estado (2010-2015) / Sheila Regina Sabag ; orientadora, Silvana Maria Pereira ; coorientadora, Clair Castilhos Coelho. - Florianópolis, SC, 2016.

58 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola.

Inclui referências

1. Gênero e Diversidade na Escola. 3. Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. 4. Conferências. 5. Políticas Públicas. 6. Controle Social. I. Pereira, Silvana Maria. II. Coelho, Clair Castilhos. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Especialização em Gênero e Diversidade na Escola. IV. Título.

SHEILA REGINA SABAG

O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER DO ESTADO DE SANTA CATARINA: ANÁLISE ENTRE AS CONJUNTURAS POLÍTICAS DE DIFERENTES MOMENTOS E OS ENTRAVES NA POLÍTICA DA MULHER NO ESTADO (2010-2015)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

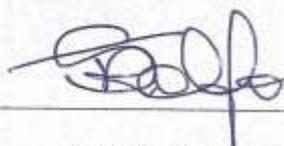
Aprovado em 17 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:

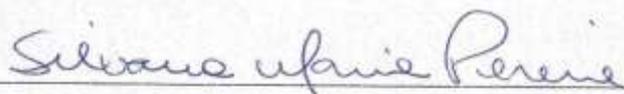


Olga Regina Zigelli Garcia

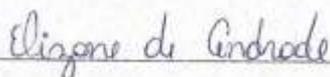
Banca Examinadora:



Suzana da Rosa Tolfo



Silvana Maria Pereira



Elizane de Andrade

RESUMO

O presente trabalho tem como foco um estudo sobre o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado de Santa Catarina (CEDIM/SC), órgão colegiado, paritário entre o governo e a sociedade civil, de caráter deliberativo e fiscalizador, criado em 1999. Através da pesquisa qualitativa em fontes documentais, foram analisadas as atas das reuniões do CEDIM e os relatórios das Conferências de Políticas para as Mulheres, realizadas pelo Conselho. Teve como objetivo compreender a atuação política do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Santa Catarina (CEDIM/SC), no período de 2010 a 2015. Apresenta-se breve histórico da criação do CEDIM, buscando identificar dificuldades na elaboração, implantação e monitoramento das políticas públicas para as mulheres no estado de Santa Catarina e sua relação com as deliberações das Conferências, suas conquistas e entraves. Através dos resultados obtidos, almeja-se destacar a importância da atuação do CEDIM/SC no estado, assim como despertar novos e aprofundados estudos sobre a temática. A alteração na legislação que tornou o Conselho deliberativo após 17 anos de sua criação, a reafirmação do CEDIM/SC como espaço de estudos e pesquisa, com abertura de espaço para estágio, e o reconhecimento de que o Conselho é um espaço democrático e articulador, de resistência, e um forte e valioso organismo de políticas para as Mulheres Catarinenses, foram conquistas que consolidam o Conselho no Estado.

PALAVRAS-CHAVE

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. Conferências. Políticas Públicas. Controle Social.

ABSTRACT

This study focuses on the State Council of Women's Rights of Santa Catarina (CEDIM/SC), a collegiate institution created in 1999, with deliberative and supervisory competences, held by both civil society and government. The article male qualitative research through documentary sources, essentially the minutes of the meetings of CEDIM and the reports of the Conferences of Policies for the Women, with a view to understanding the political performance of the State Council of Women's Rights of Santa Catarina (CEDIM/SC), from 2010 to 2015, seeking to identify difficulties in the creation , implementation and supervision of public policies for the women in the state of Santa Catarina and their relation with the deliberations of the Conferences, their conquests and obstacles. Through the results obtained, it is important to highlight the importance of CEDIM/SC's performance in the state, as well as to awake new studies on the subject. The change in the legislation that made the Council deliberative after 17 years of its creation, the reaffirmation of CEDIM / SC as a space for studies and research, opening space for internship, and recognition that the Council is a democratic and articulating space, Of resistance, and a strong and valuable political body for the Women of Santa Catarina, were conquests that consolidate the Council in the State.

KEYWORDS

Council of Women's Rights of Santa Catarina; Conferences; Public Policies; Social Control.

AGRADECIMENTOS

Muitos anos vividos, compartilhados com pessoas diversas, muitas permanecerão em minhas lembranças, pois marcaram profundamente a trajetória de minha vida. Nossa família, base de minha educação, e de minhas irmãs e irmãos, éramos cinco, além de minha mãe e pai. Minha família, base de convívio e aprendizado, meu marido, filha e filho. Não mencionei o amor, porque sem o mesmo não haveria bases para seguir em nenhuma das famílias. Minha família feminista, mulheres do meu cotidiano, em especial as mulheres da Casa da Mulher Catarina, que me acolheram carinhosamente, e cujas vidas são partilhadas e fortalecidas pela sororidade. Minhas outras famílias, compostas por todas as outras pessoas, parentes próximas ou conhecidas. Com todas essas famílias aprendi que a convivência, o respeito e a fraternidade nos torna melhores todos os dias.

Mestras queridas, obrigada pela orientação e conhecimento, o que possibilitou o início e a finalização deste trabalho. Igualmente, agradeço ao Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Santa Catarina, por abrir seu acervo, e me autorizar a relatar um fragmento de sua história.

Quando me inscrevi no curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola – GDE, já compreendia que apesar de ser uma pessoa atuante e envolvida com políticas afirmativas, precisava estudar e principalmente compreender os conceitos e formas diferentes de ver e pensar as diferenças no cotidiano. O racismo, as discriminações e violências de gênero, as deficiências, me levaram a refletir sobre o quanto ainda precisamos compreender que as diferenças existentes, precisam ser respeitadas. Os conceitos estudados e o conhecimento adquirido me proporcionaram uma melhor atuação nos espaços de controle social e de convívio diário. Conversar e ouvir pessoas mais jovens durante o curso, me trouxe um grande aprendizado, me sinto renovada, motivada.

Obrigada a todas e todos, que de forma diferenciada contribuíram para que eu melhorasse um pouco mais na minha condição de pessoa humana.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Deixo registrado aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Como ativista, agradeço, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia, a fome e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinta e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Atas.....	31
TABELA 2. Relatórios das CEPM.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. 1ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres.....	35
GRÁFICO 2. 2ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres.....	39
GRÁFICO 3. 3ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres.....	45
GRÁFICO 4. 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres.....	49

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1. Facebook.....	55
FIGURA 2. Blog.....	56
FIGURA 3. Página/site.....	56

LISTA DE SIGLAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ADR - Agência de Desenvolvimento Regional
ALESC – Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
AMNB – Articulação de Mulheres Negras Brasileiras
CCJ - Comissão de Cidadania e Justiça
CEDIM/SC- Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado de Santa Catarina
CEM – Coordenadoria Estadual da Mulher
CEPIA –Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação, Ação
CEPM – Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CNDM –Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
COMDIM – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
CONATRAP – Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CUT –Central Única dos Trabalhadores
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GDE – Gênero e Diversidade na Escola
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEG – Instituto de Estudos de Gênero
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
OPM – Organismos de Políticas para Mulheres
PCNS – Parâmetros Curriculares Nacionais
PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PPA – Plano Plurianual
RFS – Rede Feminista de Saúde

SINE - Sistema Nacional de Empregos

SPM/PR – Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

SST- Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação

TVAL – Televisão da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	OBJETIVOS.....	25
	2.1 Geral.....	25
	2.2 Específicos.....	25
3	METODOLOGIA.....	26
4	CUIDADOS ÉTICOS.....	27
5	RESULTADOS ESPERADOS.....	28
	5.1 Análise das Atas.....	28
	5.2 Análise das Conferências.....	32
	5.2.1 1ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres (1ª CEPM).....	32
	5.2.2 2ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres (2ª CEPM).....	36
	5.2.3 3ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres (3ª CEPM).....	41
	5.2.4 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres (4ª CEPM).....	46
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
7	REFERÊNCIAS.....	57

1 INTRODUÇÃO

A falta de registros sobre a atuação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Santa Catarina (CEDIM/SC) foi o que motivou a realização deste trabalho, pela importância do conselho no Estado, por tudo que representa na conquista das políticas para as mulheres e na valorosa e importante atuação de suas representantes.

Almeja-se através deste trabalho um estudo sobre o CEDIM/SC, órgão colegiado, paritário entre o governo e a sociedade civil, de caráter deliberativo e fiscalizador, criado em 1999. Foi realizada uma análise da atuação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Santa Catarina – CEDIM/SC, através das atas e relatórios das conferências, no período de 2010 a 2015, com breve histórico de sua criação, buscando identificar dificuldades na elaboração, implantação e monitoramento das políticas públicas para as mulheres no estado de Santa Catarina e sua relação com as deliberações das conferências, suas conquistas e entraves.

Criado em 20 de julho de 1999, pela Lei nº 11.159, revogada em 08 de junho de 2016 pela Lei nº 16.945, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Santa Catarina (CEDIM/SC) é composto por 24 conselheiras, 12 representantes de entidades governamentais e 12 representantes de entidades não governamentais. No estado de Santa Catarina, é o órgão que propõe, fiscaliza, delibera e monitora as políticas públicas para as mulheres. Suas gestões foram compostas por mulheres de representação estadual, que trabalharam para que o conselho pudesse se tornar referência estadual na política da mulher. Embora já exista há 17 anos, não há registro de estudos sobre sua trajetória histórica de atuação, tão pouco das conquistas, desafios ou entraves nas articulações políticas com o governo, com as organizações do movimento social de mulheres e feministas, ou de suas representantes.

Agravante entrave entre o movimento de mulheres e feminista, e o governo estadual, foi a retirada da discussão sobre a equidade de gênero, raça/etnia, e orientação sexual dos Planos de Educação, estadual e municipais de Santa Catarina, além do projeto de lei inconstitucional que está em debate no Congresso Nacional e visa incluir entre as diretrizes e bases da educação nacional o programa Escola sem Partido. De acordo com os movimentos sociais de mulheres e feminista, em relação às políticas afirmativas, a retirada da discussão de

gênero, raça/etnia, e orientação sexual nas escolas, prejudicará os avanços obtidos nos últimos anos em relação aos direitos humanos, e contribuirá para as desigualdades¹.

Educação para igualdade e cidadania, é o capítulo 2(dois) do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), e é um dos eixos fundamentais para a construção de uma sociedade igualitária entre mulheres e homens. (PNPM, 2013-2015).

A preocupação com a igualdade de gênero, raça, etnia, liberdade de orientação sexual, com fortalecimento dos direitos humanos, perpassa transversalmente o planejamento das políticas federais. Uma educação de qualidade deve estar intrinsecamente associada à busca da igualdade entre os seres humanos e à valorização da diversidade da sociedade brasileira. Foram estas premissas que nortearam a construção destas políticas no âmbito do capítulo de educação igualitária e sem discriminação do atual PNPM. (PNPM, 2013-2015)

O CEDIM/SC enquanto organismo de controle social da Política da Mulher no Estado de Santa Catarina, de maneira democrática, situa responsabilidades entre as políticas públicas, dentre elas, a Política de Educação, de forma que às questões referentes à equidade de gênero, raça/etnia, e orientação sexual aparecem nas deliberações do Conselho, nos relatórios das conferências, nas demais políticas públicas estaduais, para ampliação do debate e subsídios aos movimentos sociais de mulheres, de direitos humanos, técnicas(os), gestoras(es), legisladoras(es) entre outras.

Dentre as referências teóricas que embasaram este trabalho estão autoras/es da coleção dos livros do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina - GDE/UFSC. BARRETO, Andréia; MANICA, Daniela; ARAÚJO, Leila; CARRARA, Sérgio; LEITE, Vanessa (2015) abordam o tema das desigualdades de gênero, movimentos sociais e políticas públicas. MAGRINI, Pedro Rosas; LAGO, Mara Coelho de (2015) escrevem sobre a compreensão descolonial e feminista da teoria dos movimentos sociais na América Latina. Andreia Barreto et al (2015), ao abordar sobre movimentos sociais e políticas públicas ressaltam, que apesar do aumento na participação das mulheres em cargos de poder e decisão e na política partidária, a sub-representação das mesmas no parlamento é ainda um dos principais desafios nos países

¹ <http://www.ebc.com.br/educacao/2015/07/entenda-por-que-e-importante-discutir-igualdade-de-genero-nas-escolas>

democráticos. As mulheres em todo o mundo representam apenas 12% nos parlamentos e 11% nas presidências dos partidos políticos. Diante desses índices, e segundo cálculos feitos pelas Nações Unidas, levará 400 anos para que os parlamentos, a nível mundial, tenham paridade de gênero. (GDE III, 2015, pag. 41)

Diante do quadro apresentado, é possível compreender a forma *assistencialista*, com que as políticas públicas para as mulheres são pensadas no Brasil, apesar de serem direitos constitucionais garantidos há todas as cidadãs brasileiras.

Conforme publicação da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, acerca das concepções de gênero, “pensar a cidadania feminina, exige reflexões sobre os papéis desempenhados nas relações sociais entre mulheres e homens, as chamadas relações de gênero. É comum afirmar que as diferenças biológicas entre os sexos determinam as características que tornam homens “masculinos” e as mulheres “femininas”. Nesse caso, por serem “naturais”, tais características são consideradas fixas e imutáveis. Assim, segundo essa concepção, as mulheres nascem, vivem e morrem em situação de desigualdade em relação aos homens”.²

A Constituição Brasileira de 1988, chamada Carta Magna, é um marco na defesa de direitos igualitários para mulheres e homens. Demarcou a ruptura do autoritarismo de um governo ditatorial, instalado no ano de 1964, com um novo ordenamento jurídico, legislativo e político.

O Movimento de Mulheres e Feminista ampliou seu protagonismo na década de setenta, mas foi com a convocação das eleições diretas para governadores em 1982, onde já contavam com aliados políticos, que iniciou a consolidação de sua atuação política, culminando em 1983, com a criação dos dois primeiros Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher, um em São Paulo, e outro em Minas Gerais. Esse fato, fez com que houvesse uma mobilização nacional, até que o 7º Encontro Nacional Feminista, realizado em Belo Horizonte, em 1985, trouxe a proposta da criação de um Conselho Nacional. (BARRETO; MANICA; ARAUJO; CARRARA; LEITE, 2015, pg. 40, GDE III).

Criado em 1985, vinculado ao Ministério da Justiça, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM era o órgão fiscalizador e executor das Políticas Públicas para as

² <http://www.redesaude.org.br/home/conteudo/biblioteca/biblioteca/cartilhas-e-cadernos/004.pdf>

Mulheres. Foi possível, através de sua articulação política e da força da militância das mulheres, influenciar e contribuir para o processo da redemocratização brasileira, dando visibilidade as reivindicações das mulheres, ao processo discriminatório, e excludentes dos direitos humanos das mulheres no País. (CNDM, 2015).

A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes³ referendou as demandas do movimento de mulheres e feminista, sugerindo a inclusão no Artigo 5º, I: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. E no Artigo 226, Parágrafo 5º: “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher”, garantindo pela primeira vez no Brasil, a equidade de gênero, e a proteção dos direitos humanos das mulheres. (CONSTITUIÇÃO, 1988).

Em depoimento publicado pela CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação, Ação), Jacqueline Pitanguy, Ex Presidenta do CNDM relata:

Desde 1995 até 1989 minha vida esteve intrinsecamente ligada ao CNDM onde o processo constituinte ocupou lugar central. A campanha do CNDM pelos direitos das mulheres na nova constituição tem início em 1985 quando elaboramos nossa estratégia de atuação através de uma campanha nacional com os lemas Constituinte Para Valer tem que ter Palavra de Mulher e Constituinte para Valer tem que ter Direitos da Mulher. Organizamos uma grande articulação nacional, envolvendo todos os Conselhos Estaduais de Direitos da Mulher. Conselhos Municipais, as mais diversas organizações de mulheres como trabalhadoras rurais, empregadas domesticas, trabalhadoras das centrais sindicais como a CGT, a CUT, associações profissionais, grupos feministas e movimentos sociais de todo o país. O CNDM visitou a todas as capitais onde, em parceria com os movimentos locais, conclamava as mulheres a apresentarem propostas para a nova constituição, participando deste momento crucial da vida política do país. Houve uma resposta extremamente positiva por parte da sociedade civil que encaminhou centenas de propostas, analisadas pela equipe técnica do CNDM e por uma comissão de mulheres advogadas que, de forma voluntária, apoiaram ao CNDM na elaboração de propostas para os

³ http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/a-constituente-e-as-mulheres/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf

Constituintes. No final de 1986 o CNDM organizou um grande encontro nacional em Brasília, no Congresso Nacional, para o qual se deslocaram centenas de mulheres de todas as regiões do país e na qual, com base nas propostas recebidas anteriormente e discutidas em plenário, foi aprovada a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes⁴.

O Lobby do Batom foi um movimento de sensibilização dos deputados e senadores sobre a relevância de considerar as demandas das mulheres para a construção de uma sociedade guiada por uma Carta Magna verdadeiramente cidadã e democrática. De 1986 a 1988 o CNDM, juntamente com representações de organizações diversas de direitos das mulheres da sociedade civil, visitou quase que diariamente as lideranças e os diversos deputados, conversando, apresentando dados, estatísticas, testemunhos, denúncias, propostas. Circulávamos pelo Congresso Nacional de gabinete em gabinete, incorporadas a este grande fluxo de pessoas representando as mais variadas expressões da sociedade brasileira que enchia os corredores daquela Casa, que depois de 21 anos de um regime totalitário tinha o compromisso histórico de restaurar os alicerces legais da democracia, da justiça social e da igualdade de gênero, raça e etnia. Lembro-me com nitidez deste caminhar político e da sensação de que estávamos participando, como protagonistas, de um momento histórico. Ao mesmo tempo em que o Lobby do Batom operava dentro do Congresso, o CNDM também estava voltado para a sensibilização do público em geral para que a sociedade compreendesse e apoiasse nossas demandas. Para tal desenvolvemos diversas campanhas na mídia, utilizando filmes na televisão, encartes em jornais e revistas, mensagens nos rádios e colocando outdoors em todas as capitais, estas campanhas estavam sintonizadas com capítulos sendo discutidos no Congresso. Por exemplo, utilizamos uma foto de uma família antiga, com o pai na posição central, mulheres e filhos ao redor, vestidos com roupas próprias do início do século com a frase A família não é mais aquela, mas as leis ainda o são. Para sensibilizar a sociedade sobre a necessidade de dar proteção e benefícios sociais a mulher, utilizamos a imagem de uma mulher em

⁴ As Mulheres e a Constituição de 1988 Jacqueline Pitanguy, Ex Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Coordenadora Executiva da CEPIA- Cidadania Estudo Pesquisa Informação Ação, Presidenta do Conselho Curador do Fundo Brasil de Direitos Humanos.

uma corda bamba, equilibrando casa e trabalho. Divulgamos diversos spots e mensagens sobre a violência doméstica, sobre a maternidade como um direito e uma opção e sobre a necessidade de equilibrar a balança do poder entre homens e mulheres⁵.

O CNDM tornou-se um marco significativo na trajetória da conquista de direitos básicos das mulheres e no fortalecimento da democracia participativa. Esse processo, protagonizado pelo chamado lobby do batom, formado pelo CNDM, pelas feministas e pelas 26 deputadas federais constituintes, obteve importantes avanços na nova Constituição Federal, ao garantir igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres perante a lei⁶.

De acordo com relatos da Profa. Clair Castilhos Coelho, muitos grupos foram formados em todo Brasil, a produção literária feminista, pesquisas, materiais e práticas educativas, foram desenvolvidas através de oficinas, vivências e trabalhos pedagógicos dentro dos grupos de mulheres, fortalecendo a busca das mulheres pelos espaços e pela afirmação⁷.

Em Santa Catarina, o movimento de mulheres sempre esteve bastante vinculado ao movimento nacional. O ano de 1975, 1º Ano Internacional da Mulher, demarca o início do chamado “NOVO FEMINISMO”.

A Década das Nações Unidas para a Mulher (1976-1985) foi um grande estímulo para o desenvolvimento do movimento de mulheres, no mundo, no Brasil e em Santa Catarina. Durante este período o movimento de mulheres/feminista crescia, acumulava força política e adquiria visibilidade, a Organização das Nações Unidas – ONU simultaneamente reconhecia sua existência e passou a incluí-lo em sua agenda. O movimento de mulheres em Santa Catarina adquiriu expressão a partir do 1º Encontro Estadual da Mulher Catarinense, realizado em Itajaí, em outubro de 1980. Aproximadamente quinhentas mulheres participaram do evento. Foi a primeira grande manifestação pública das mulheres.

⁵ As Mulheres e a Constituição de 1988 Jacqueline Pitanguy, Ex Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Coordenadora Executiva da CEPIA- Cidadania Estudo Pesquisa Informação Ação presidenta do Conselho Curador do Fundo Brasil de Direitos Humanos.

⁶Secretaria de Políticas para as Mulheres e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher emitem nota conjunta para comemorar os 25 anos da Carta Magna brasileira.<http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/atas-das-reunioes/14a-reuniao/anexo-06-notas-e-mocoes-programa-mais-medico-e-25-anos-da-constituicao-federal-1988.pdf>

⁷ Blog da Clair Castilho Coelho, <https://claircastilhos.wordpress.com/2012/04/>

(...) Os temas centrais do encontro foram: a Mulher e a Saúde, a Mulher e o Trabalho, a Mulher e a Sociedade.

O evento realizado em Itajaí impulsionou a organização do movimento, com a formação de uma comissão, compostas por várias entidades e segmentos sociais e representações de municípios presentes, visando à continuidade dos trabalhos. Desde então popularizam-se as comemorações do dia 8 de março em vários municípios. No ano de 1981, em agosto, foi realizado o II Encontro da Mulher Catarinense, em Chapecó. Até então, conhecia-se apenas um grupo autônomo de mulheres, o “Coletivo Feminista Amálgama” composto apenas por professoras da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

No encontro de Chapecó, ampliou-se a pauta de discussões, tendo sido abordados assuntos desde problemas gerais como a luta contra a carestia, creches, salário igual para trabalho igual, contra o desemprego, pela reforma agrária, além de saúde, exploração do corpo da mulher nos meios de comunicação, educação diferenciada para meninos e meninas, entre outros.

[...] Em 1986, na instância municipal de Florianópolis, foi criado legalmente o Conselho da Condição Feminina, porém este se mantém inativo desde o final dos anos 80⁸.

Em setembro de 1998, em Florianópolis, na sede da Associação Casa da Mulher Catarina⁹, representantes de Organizações não Governamentais de Mulheres de Santa Catarina, redigiram documento contendo reivindicações dos Movimentos de Mulheres e Feministas de Santa Catarina, e encaminharam ao Governador do Estado, para que fossem incluídas nas ações do governo, políticas públicas que visassem o desenvolvimento da cidadania da mulher catarinense. Dentre as reivindicações estava a criação e implementação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. No mesmo ano, foi implantada uma comissão provisória, composta pelas organizações: Associação de Mulheres de Negócio e Profissionais da Grande Florianópolis; Associação Brasileira de Pesquisas Interdisciplinares, Projetos e Estudos Jurídicos e de Gênero; Casa da Mulher Catarina; Instituto Catarinense de Estudos

⁸Blog da Clair Castilho Coelho, <https://claircastilhos.wordpress.com/2012/04/>

⁹Casa a Mulher Catarina, o mais antigo grupo feminista autônomo do estado de Santa Catarina, fundada em 1989, http://www.casadamulhercatarina.com.br/?page_id=150

Sociais Políticos e Econômico de Santa Catarina; Secretaria de Estado da Casa Civil; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família e Secretaria de Estado do Planejamento, tendo como objetivo a elaboração da proposta de legislação do conselho, e em 20 de novembro do mesmo ano, o governador do estado, recebeu a proposta elaborada.

No Auditório do Colégio da Polícia Militar, em 08 de março de 1999, foi apresentada pela Comissão Provisória, a minuta da proposta de Lei do CEDIM/SC, ao Governador do Estado, à Prefeita Municipal de Florianópolis, Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e da Família.

Após os trâmites na Assembleia Legislativa do Estado e a assinatura do governador, a Lei nº 11.159 de 20 de julho de 1999, criando o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Santa Catarina, foi sancionada, e publicada no Diário Oficial de SC nº 16.212 de 21 de julho de 1999, página 01. Em 2001, através do Decreto nº 2.644 de 16 de julho, foi aprovado o Regimento Interno do CEDIM/SC, publicado no Diário Oficial de SC nº 16.704 em 18 de julho de 2001.

A instalação oficial do CEDIM/SC deu-se através da Posse das Conselheiras na data de 08 de março de 2002¹⁰.

A garantia de espaço, reconhecimento e respeito às mulheres na sociedade, divulgadas na mídia nacional, só aparecem quando há grandes conquistas como as Leis Maria da Penha¹¹, e do Feminicídio¹², mas a implementação das políticas públicas, ações afirmativas, como cotas, projetos de leis, são propostas e bandeiras feministas que datam da Revolução Francesa no século XVIII.

Com a Criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM em 2003, com *status* de ministério, com estrutura técnica e orçamento, o CNDM passa a integrar sua estrutura, iniciando um novo momento de participação política para as mulheres. (GDE III, 2015, pg. 40).

¹⁰ Histórico do CEDIM/SC, documentos disponíveis no acervo histórico do CEDIM/SC, arquivados na sala da Secretaria Executiva do Conselho, datados de 1998.

¹¹ Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar com a mulher.

¹² Lei nº 13.104 de 09 de março de 2015, altera o código penal para prever o feminicídio como tipo de homicídio qualificado e inclui-lo no rol dos crimes hediondos.

As Conferências Nacionais realizadas em 2004, 2007, 2011 e 2016, consolidam as políticas para as mulheres em âmbito nacional. O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres- PNPM¹³ passa a integrar o PPA do Governo Federal em 2012. Uma Agenda Transversal de Políticas para as Mulheres composta por 36 programas, 11 Objetivos e 273 Metas, nas áreas de igualdade racial, educação, saúde, assistência social, desenvolvimento social, direitos humanos, agricultura familiar e reforma agrária, cidadania e justiça, segurança pública e emprego e meio ambiente, entre outras, passa a compor o PPA de 2015. (SPM/PR, 2015).

Houve um aumento considerável nos serviços especializados de atendimento as mulheres no País, triplicaram após 10 anos de criação da SPM/PR fechando em 2013 com 1.077 serviços, dos quais: 500 Delegacias Especializadas de Atendimento as Mulheres, 231 Centros Especializados de Atendimento as Mulheres, 155 Casas-abrigo, 45 Defensorias Especializadas, 46 promotorias Especializadas ou Núcleos de Atendimento as Mulheres e 100 Juizados e Varas Especializadas ou Adaptadas de Atendimento às Mulheres. (SPM/PR, 2015).

A atuação da SPM/PR fez com que aumentasse o número de Organismos de Políticas para as Mulheres - OPMs, como secretarias, coordenadorias, departamentos, de 13 em 2004 para 680 em 2014. Programas como Mulheres Mil: Educação profissional a mulheres em situação de vulnerabilidade social atendeu a 38 mil mulheres desde 2011. Das 500 mil unidades habitacionais para população de baixa renda, 87% das proprietárias são mulheres. (SPM/PR, 2015).

Em Santa Catarina, de acordo com o Relatório da 4ª CEPM – 4ª Conferência Estadual de Políticas para Mulheres, não há políticas públicas constantes no PPA- Plano Plurianual estadual, somente programas e ações isoladas. Também não há um Plano Estadual de Políticas para as Mulheres. O Relatório lista os 07 municípios nos quais há OPMs: Brusque, Concórdia, Florianópolis, São Domingos, Dionísio Cerqueira, Bombinhas e Xaxim (somente na lei). Os Conselhos dos Direitos da Mulher estão distribuídos em 35 municípios: Aberlodo Luz, Balneário Camboriú, Bombinhas, Caçador, Camboriú, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Dionísio Cerqueira, Florianópolis, Imbituba, Itajaí, Itapema, Jaraguá do Sul,

¹³ PNPM Plano Nacional de políticas para as Mulheres, criado a partir da 1CNPM, em 2004. <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>

Joaçaba, Joinville, Lages, Luzerna, Palhoça, Pinhalzinho, Porto Belo, Rio do Campo (somente a Lei), Rio do Sul, São Francisco do Sul, São Bento do Sul, São Domingos, São Joaquim, São José, São Miguel do Oeste, Tijucas, Timbó, Tubarão, União do Oeste e Xaxim¹⁴.

Houve avanços e conquistas na trajetória das mulheres ao longo dos séculos, mas não significa que a opressão sofrida pelas mulheres tenha sido eliminada, da vida privada ou pública.

Segundo Andreia Barreto et al (2015), a participação do feminismo contemporâneo, composto por uma diversidade de grupos espalhados pelo Brasil, cuja atuação em diferentes setores, transforma-se em uma poderosa força política, que luta para que as políticas relativas as mulheres não sofram retrocessos, principalmente as políticas de direitos sexuais e reprodutivos e podem converter em ações as plataformas sobre a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

Os movimentos sociais fazem o controle social democraticamente, integrando ou não, os conselhos, participando de fóruns, conferências e outros espaços de interação popular, propondo e fiscalizando as políticas públicas de gênero. A atuação desses movimentos é decisiva para a criação e o alcance das metas relacionadas às políticas públicas tão essenciais para dar o equilíbrio e a equidade necessária às garantias dos direitos humanos das mulheres e meninas.

¹⁴<http://www.sst.sc.gov.br/index.php/conselhos/cedim/4-conferencia-estadual-de-politicas-para-mulheres/721-relatorio-final-da-4-cepm>

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Compreender a atuação política do CEDIM/SC, no período entre 2010 e 2015, buscando identificar dificuldades na criação, implantação e monitoramento das políticas públicas para as mulheres no estado de Santa Catarina e sua relação com as deliberações das Conferências Estaduais.

2.2 ESPECÍFICOS

- Conhecer a atuação das gestões de 2010 a 2015, suas características, proposições e participação na realização das conferências;
- Identificar, entre as deliberações do CEDIM/SC e as propostas das conferências, se há referência à importância da temática de gênero nas escolas e como é abordada.

3 METODOLOGIA

A pesquisa, de cunho qualitativo, foi realizada através de análise de conteúdo das fontes documentais pesquisadas e teve por base o referencial adotado. Foram analisadas 75 (setenta e cinco) atas das reuniões plenárias do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Santa Catarina (CEDIM/SC) no período de 2010 a 2015, e os 04 (quatro) relatórios das Conferências de Política para as Mulheres, realizadas em Santa Catarina pelo conselho, nos anos de 2004, 2007, 2011 e 2016.

4 CUIDADOS ÉTICOS

Foram atendidas as exigências estabelecidas nas leis, normas e diretrizes vigentes. Serão feitas cópias deste trabalho e entregues, ao Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, a Orientadora Profa. Silvana Maria Pereira e a Co-orientadora Profa. Clair Castilhos Coelho.

5 RESULTADOS ENCONTRADOS

5.1 ANÁLISES DAS ATAS

Foram analisadas 75 (setenta e cinco) atas do CEDIM/SC, durante o período de 2010 a 2015, nominadas em ordinárias, extraordinárias e itinerantes.

Durante a pesquisa realizada buscou-se conhecer a atuação das gestões de 2010 a 2015 do CEDIM/SC, suas características, proposições e participação na realização das conferências, da mesma forma, identificar dentre as suas deliberações e as propostas advindas das quatro conferências realizadas, se há referência à importância da temática de equidade de gênero, raça/etnia, e orientação sexual nas escolas e como é abordada.

A pesquisa foi realizada cronologicamente, no sentido crescente conforme o ano, mês e data de realização, considerando-se as pautas, as discussões, a participação das conselheiras e propostas.

Observou-se que em 2010 o CEDIM/SC iniciou suas atividades realizando uma Plenária no mês de janeiro, para discutir as atividades comemorativas de aniversário dos 10 anos do conselho, e data alusiva ao dia Internacional da Mulher dia 08 de março. No ano de 2015, a primeira Plenária foi realizada no mês de março devido à mudança de gestão da Secretaria de Estado da Assistência Social Trabalho e Habitação (SST), e à falta de nomeação da Secretária Executiva do conselho até aquele mês. Nos demais anos, o início das atividades do CEDIM/SC acontece no mês de fevereiro.

Ressaltam-se nas leituras das atas, as diversas dificuldades que o conselho encontra para desenvolver seu trabalho, de propor e monitorar as políticas públicas para as mulheres no estado de Santa Catarina. As dificuldades, segundo os relatos das conselheiras registrados em atas, são diversas: a) o estado não cumpre as deliberações das conferências; b) não disponibiliza recursos para a atuação das conselheiras, como diárias e transporte; c) há falta de continuidade e interesse do estado na alteração da Lei do CEDIM/SC, que iniciou o processo em 2008 e somente obteve resultados em 2015; d) há falta de compreensão dos prefeitos(as) sobre a importância de se criar, nos municípios, os conselhos de direitos das mulheres e estrutura governamental de gestão para as políticas para as mulheres; e) há falta de entendimento pelas gestões da Assembleia Legislativa sobre a importância do programa

semanal “A Voz da Mulher Catarina”, da TV AL, com duração de 12 (doze) minutos, e o programa semanal de rádio, que até 2010 era coordenado pelo CEDIM/SC, para discutir diversos assuntos de seu interesse. Em 2011 o programa na TV AL só foi retomado devido à intervenção da Bancada Feminina na ALESC; f) há falta de reuniões das Comissões Temáticas de Violência, Saúde e Comunicação; g) o conselho não consegue imprimir seus materiais informativos através da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST) por falta de recursos financeiros; h) na construção do Plano Plurianual (PPA) estadual, o governo não disponibiliza numerário orçamentário específico para efetivação de um programa de estado referente às políticas para as mulheres; i) há falta de integração e comunicação entre o CEDIM/SC e a Coordenadoria Estadual da Mulher (CEM) de 2010 a 2014; j) houve questionamento sobre o papel do CEDIM/SC em face a falta de políticas públicas para as mulheres no estado, k) há falta da discussão de gênero no planejamento das secretarias de governo; l) há pouca interação entre os conselhos vinculados a SST; m) há falta de apoio das secretarias estaduais para com as conselheiras governamentais do CEDIM/SC; n) há invisibilidade da política para as mulheres no estado; o) há recusa para criação do fundo estadual dos direitos da mulher, pelo governo, justificado pelo aumento de recursos já vinculados em excesso na SST; p) há falta de participação das conselheiras nas comissões para organização das conferências; q) há falta de estrutura para Coordenadoria Estadual da Mulher; r) foram identificadas contrariedades entre a SST e o CEDIM/SC; s) houve desestímulo das conselheiras no período de 2012, devido à discussão dos problemas administrativos do conselho, dificultando implementação das ações deliberadas em Plenária; t) há falta de visibilidade do conselho; u) houve recusa do governador do estado em receber o CEDIM/SC, no período de 2010 a 2015, embora o conselho tenha solicitado audiência por diversas vezes.

As pautas seguem um modelo, iniciam com o levantamento do quórum, leitura e aprovação da ata da Plenária anterior, os assuntos que serão abordados e informes.

As propostas às vezes não são objetivas, pois se confundem com os comentários, mas dentre as salientadas, fica claro o posicionamento crítico do CEDIM/SC, na falta de interesse do estado em cumprir com pactos e acordos firmados de interesse das mulheres. Dentre as propostas destacam-se: a) acompanhamento do pacto de enfrentamento da violência contra a

mulher assinado em novembro de 2010; b) conhecimento e debate sobre o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; c) capacitação das conselheiras em controle social, gênero/raça/étnica; d) elaboração do planejamento anual do CEDIM/SC; e) participação das conselheiras representando o CEDIM/SC como palestrantes em seminários, conferências, cursos, e eventos, conforme solicitação; f) encaminhamento através de ofício, aos órgãos competentes das moções e propostas das quatro conferências realizadas, com pedido de providências; g) contribuição direta na criação de conselhos municipais de direito das mulheres, com envio de material e informações via e-mail e telefonema às pessoas responsáveis; h) pareceres sobre projetos de lei em tramitação na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC); i) regulamentação das leis encaminhadas pela ALESC; j) realização de campanhas e cursos em parceria com outros órgãos no âmbito estadual; k) realização das quatro conferências estaduais de políticas para as mulheres; l) atuação direta para assinatura do Programa Mulher Viver sem Violência, através da discussão em audiência com os órgãos responsáveis pela pactuação e doação das duas unidades móveis; m) moção de repúdio à empresa jornalística por comentário machista sobre as mulheres; n) moção de repúdio contra a retirada da discussão de gênero do Plano Estadual de Educação; o) questionamento ao estado, através de ofício, sobre programas, projeto e ações referentes às políticas públicas para as mulheres, nas diversas secretarias de governo; p) posicionamento enfático sobre a criação da Secretaria de Estado da Mulher; q) atuação direta na Comissão de Cidadania e Justiça (CCJ) da ALESC, para manutenção da Coordenadoria Estadual da Mulher (CEM) na Secretaria da Casa Civil; r) participação na audiência pública realizada em 2012, sobre a violência contra a mulher, chamada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional, posicionando-se sobre a dificuldade do estado catarinense em fornecer dados e aplicar recursos para o enfrentamento à violência contra as mulheres; s) visita do CEDIM/SC ao Presídio Feminino para conhecimento e providências; t) realização de Web Conferências; u) entrega pelo CEDIM/SC, de carta reivindicatória aos candidatos(as) ao governo do estado; v) a responsabilidade do CEDIM/SC na construção do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres; x) reafirmação do CEDIM/SC como espaço de estudos e pesquisa, com abertura de espaço para estágio em 2015;

Tabela 1. ATAS

Ano	Ordinárias	Extraordinárias	Itinerantes	Total
2010	09	04	-	13
2011	10	01	-	11
2012	11	03	-	14
2013	12	03	-	15
2014	10	01	-	11
2015	08	01	02	11
Total	60	13	02	75

Iniciando suas atividades geralmente no mês de fevereiro, o CEDIM/SC realiza em média 11(onze) plenárias anuais. Observa-se na tabela acima que nos anos de 2010, 2012 e 2013 houve número maior de reuniões. Os motivos foram: 2010 – preparação das atividades comemorativa aos 10 (dez) anos de criação do Conselho e atividades do 08 de março, e deliberação sobre a reformulação da lei do CEDIM/SC; 2012 - Prorrogação do mandato do Conselho, elaboração de edital para renovação do CEDIM/SC, eleição e posse das novas Conselheiras; 2013 – Informes e deliberações a respeito do Programa Mulher Viver sem Violência, audiência chamada pelo Conselho com a participação do Ministério Público, Secretaria de Estado de Assistência Social Trabalho e Habitação, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado de Segurança Pública, Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, Defensoria Pública, para tratar sobre a assinatura do Programa Mulher Viver sem Violência¹⁵.

No ano de 2015, houve as 02 (duas) primeiras plenárias itinerantes do Conselho, uma em Balneário Camboriú e outra em Criciúma, segundo relatos contidos nas Atas, o Conselho previa realizar 05 (cinco) plenárias itinerantes, mas não conseguiu porque a SST cortou as despesas com diárias e transportes de todos os conselhos a ela vinculados. As plenárias não realizadas eram nos municípios de Chapecó, Lages, e Mafra, o motivo da escolha dos municípios para realização das plenárias itinerantes foi devido a sua citação pela Comissão

¹⁵Programa Mulher Viver sem Violência, <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/programa-mulher-viver-sem-violencia>

Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI)¹⁶ de 2012, realizada em SC, como os cinco municípios com o maior índice de violência contra as mulheres no estado catarinense.

5.2 ANÁLISES DAS CONFERÊNCIAS

Os relatórios da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres realizadas pelo CEDIM/SC, foram analisados, pontuando-se apenas as propostas relacionadas à educação, visto que em diversos temas, entre eles, a saúde e a violência demandaram muitas propostas. Procurou-se destacar as que se relacionavam à educação e gênero.

5.2.1 1ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres (1ª CEPM)

Realizada nas datas de 17 e 18 de junho de 2004, na cidade de Florianópolis, no Hotel Castelmar, segundo o relatório, a 1ª CEPM foi considerada um marco histórico para as mulheres catarinenses.

Momento que expressou um dos fios da teia tecida pelo processo de discussão sobre Políticas para as Mulheres, desencadeada em todo o Brasil pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e pelo Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres. (1ª CEPM, 2004).

O relatório destaca as desigualdades sociais, comenta que Santa Catarina em 2004, possuía 396.745 lares chefiados por mulheres, mesmo estas sendo as mais excluídas e discriminadas. Considera, apesar das dificuldades, marcante a mobilização das mulheres nas 10 (dez) conferências municipais e 29 (vinte e nove) conferências regionais, que contaram com 3.733 mulheres de 275 municípios, dos 293 existentes na época. A conferência estadual contou com a participação de 276 delegadas e 102 observadoras e convidadas, totalizando 378 pessoas. Diversas autoridades se fizeram presentes na abertura e no decorrer da conferência, como a Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Nilcéia Freire, o governador, secretária(o)s de estado de Santa Catarina, deputadas estaduais, prefeitos(as), movimentos sociais de mulheres dentre outras.

¹⁶ Relatório da CPMI, <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=130748&>

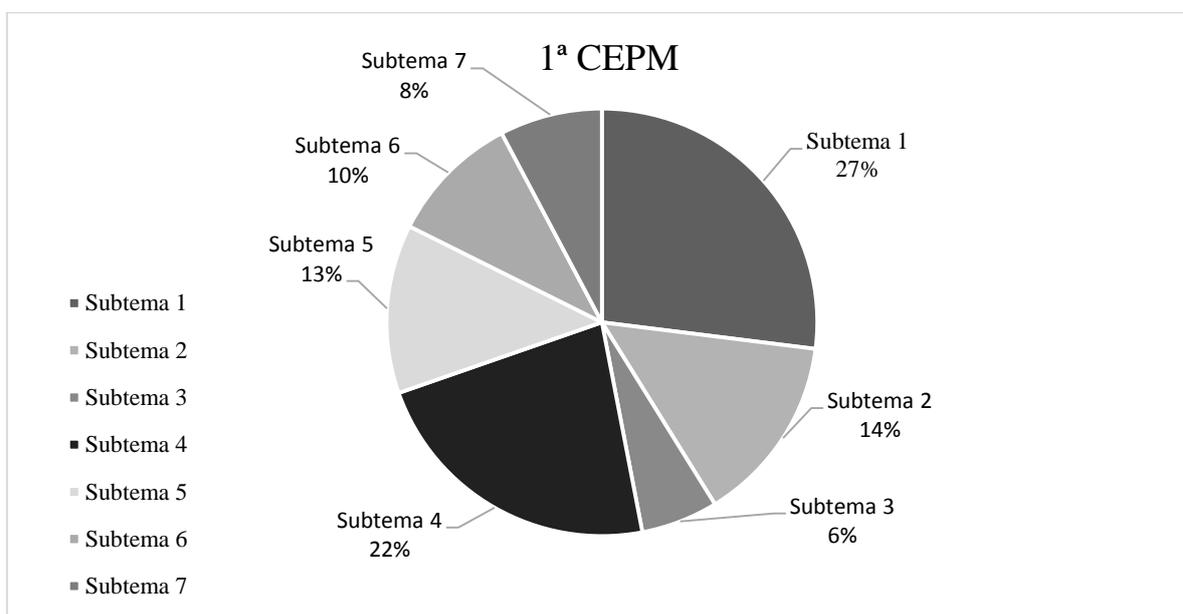
A conferência foi desenvolvida em dois momentos, formação e trabalho em grupos. No primeiro momento foram realizadas 8 (oito) palestras com as temáticas: 1) questão mulher/gênero; 2) mulher no mercado de trabalho; 3) mulher na política; 4) políticas públicas para as mulheres; 5) saúde da mulher; 6) projetos para mulheres; 7) violência contra a mulher; 8) conselho da mulher. Os trabalhos em grupos, em número de 7 (sete), discutiram as propostas vindas das conferências municipais e regionais, tendo como eixo central “*Análise da realidade brasileira nas áreas social, econômica, política, cultural e os desafios para a construção da igualdade*”, abordados através dos subtemas descritos: Subtema-1) Análise sob a perspectiva do enfrentamento à pobreza, geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e à terra; Subtema-2) Análise sob a perspectiva da violência/políticas de segurança; Subtema-3) análise sob a perspectiva da questão racial e étnica; Subtema-4) Análise sob a perspectiva da saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos; Subtema-5) Análise sob a perspectiva da educação e cultura; Subtema-6) Análise sob a perspectiva da juventude; Subtema-7) Análise sob a perspectiva do poder, democracia e participação. Como parte integrante das conferências, o regulamento foi discutido e aprovado pela plenária. A 1ª CEPM encerrou com a aprovação das propostas a serem encaminhadas para a conferência nacional, e a eleição das delegadas representantes de Santa Catarina que participariam nas datas de 15, 16 e 17 de julho de 2004 da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (1ª CNPM) do Brasil.

A 1ª CEPM elegeu um total de 56 delegadas para representar Santa Catarina na Conferência Nacional. Destas, 36 (trinta e seis) delegadas (2/3), representando a Sociedade Civil Organizada; 18 (dezoito) delegadas (1/3), representando as Organizações Governamentais, escolhidas através da divisão das vagas em sete grupos (representando sete microrregiões do estado), de acordo com 2/3 do número de delegadas eleitas nas Conferências Regionais; e 1/3 do número de delegadas eleitas, nestas mesmas Conferências, contemplando a representatividade de mulheres de todo o Estado de Santa Catarina. (1ª CEPM, 2004).

As propostas do relatório da 1ª CEPM, que fazem referência à educação e gênero, raça/etnia, e orientação sexual foram: a) romper com a cultura de oferecimento às mulheres de cursos conclamados como femininos, eliminando a discriminação profissional e ampliando o universo profissional das mulheres; b) incluir na matriz curricular as discussões relativas às questões de gênero/sexualidade, raça/etnia e cidadania, em todos os níveis e modalidades de

ensino; c) incluir na matriz curricular dos cursos de formação de professores e professoras e também de especialização, os temas transversais em educação: gênero/sexualidade, raça, diversidade cultural; d) incluir nos currículos escolares de educação infantil e ensino fundamental, a educação para a diversidade, para que se comece a mudar culturalmente, o respeito às diferenças de gênero, de etnia, de hábitos culturais, e de orientação sexual; e) transversalizar todos os eventos de formação de jovens com as questões de gênero, raça/etnia, sexualidade, drogadição; f) incluir, nos programas educacionais, de disciplina sobre a gestão das políticas públicas, que contribuam para a formação de lideranças jovens, dentro de uma perspectiva de política participativa, responsável e ética, considerando os aspectos de gênero, raça e etnia; g) eliminar os estereótipos relacionados a gênero, raça e etnia, nos livros didáticos; h) incluir nos currículos escolares da perspectiva étnica e cultural dos povos que constituíram a população brasileira, bem como desenvolver nas instituições de ensino as relações inter-raciais e de gênero, incluindo-as, como matéria obrigatória, nas escolas públicas; i) realizar formação para as corporações da polícia civil e militar (soldados, policiais e oficiais) sobre questões de gênero e raciais, em razão do arraigado preconceito existente em relação às mulheres e negra(o)s, incluindo em seus cursos, conteúdos relativos à história e cultura afro-brasileira; j) incluir a interdisciplinaridade e a transversalidade do enfoque de gênero, em todos os níveis, da educação infantil à educação superior, buscando formas de prevenção da violência intrafamiliar.

Gráfico 01 - 1ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de Santa Catarina



A 1ª CEPM aprovou 415 propostas que contribuiriam para subsidiar a construção do PNPM, destas percebe-se que os subtemas que mais tiveram indicação de propostas foram: Subtema 1 - Análise sob a perspectiva do enfrentamento à pobreza, geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e à terra (27%); Subtema 4 - Análise sob a perspectiva da saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos (22%); Subtema 2 - Análise sob a perspectiva da violência/políticas de segurança (14%), Subtema 5 - Análise sob a perspectiva da educação e cultura (13%). Visto que esta foi a primeira conferência realizada após a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, e reestruturação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, com propostas de ampliação da autonomia das mulheres para diminuição das desigualdades, levou as mulheres catarinenses a debaterem com mais ênfase as dificuldades que envolviam o trabalho e a geração de renda em 2004. Trouxeram as questões sobre a necessidade de qualificação da mão-de-obra feminina para acesso a empregos, o desenvolvimento de ações empreendedoras, a falta de acesso à terra pelas mulheres e aos incentivos para a agricultura familiar, a precariedade das políticas em relação à proteção dos filhos para as mulheres trabalhadoras, a deficiência de políticas econômicas, habitacionais, educacionais voltadas para o segmento feminino, o trabalho doméstico dividido

de forma desigual, a falta de conhecimento das mulheres sobre os seus direitos e sobre acesso a benefícios entre outras. Reinvidicações que após 12 (doze) anos ainda permanecem sem solução efetiva.

5.2.2 2ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres (2ª CEPM)

A 2ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres (2ª CEPM), realizada nos dias 12 e 13 de julho de 2007, em Florianópolis, Hotel Praiatur, objetivou a análise do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), construído através das propostas da 1ª CNPM. A realização foi do CEDIM/SC em parceria com a Coordenadoria Estadual da Mulher (CEM) e Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST).

Antecedendo a realização da 2ª CEPM foram realizadas 22 (vinte e duas) Conferências Municipais de Políticas para as Mulheres, com 953 participantes e 10 (dez) Conferências Regionais de Políticas para as Mulheres, envolvendo a participação de 99 (noventa e nove) municípios, totalizando 1.043 participantes.

A mobilização das mulheres catarinenses, contou com a participação de 1.996 participantes que avaliaram o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em todo o estado de Santa Catarina, com o envolvimento de 121 municípios dos 293 existentes em 2007. A 2ª CEPM contou com 251 delegadas, sendo 145 representando a sociedade civil e 106 representando organizações governamentais municipais e estaduais, além de outras 78 participantes, correspondendo a 47 observadoras, 11 convidadas e 20 pessoas da comissão organizadora, totalizando 329 pessoas. (2ª CEPM, 2007).

Em sua abertura, a 2ª CEPM contou com diversas autoridades, entre elas o Governador do Estado, representante da Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Deputadas, Secretárias (os) de Estado, e demais lideranças. Em ato contínuo à abertura, foi realizada a assinatura do “Acordo de Cooperação Técnica para implantação e implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres”, em Santa Catarina pelo Governador do Estado. (2ª CEPM, 2007).

A conferência, assim como a anterior, foi dividida em dois momentos, um de capacitação e outro de trabalhos em grupos. Os nove temas abordados no primeiro momento

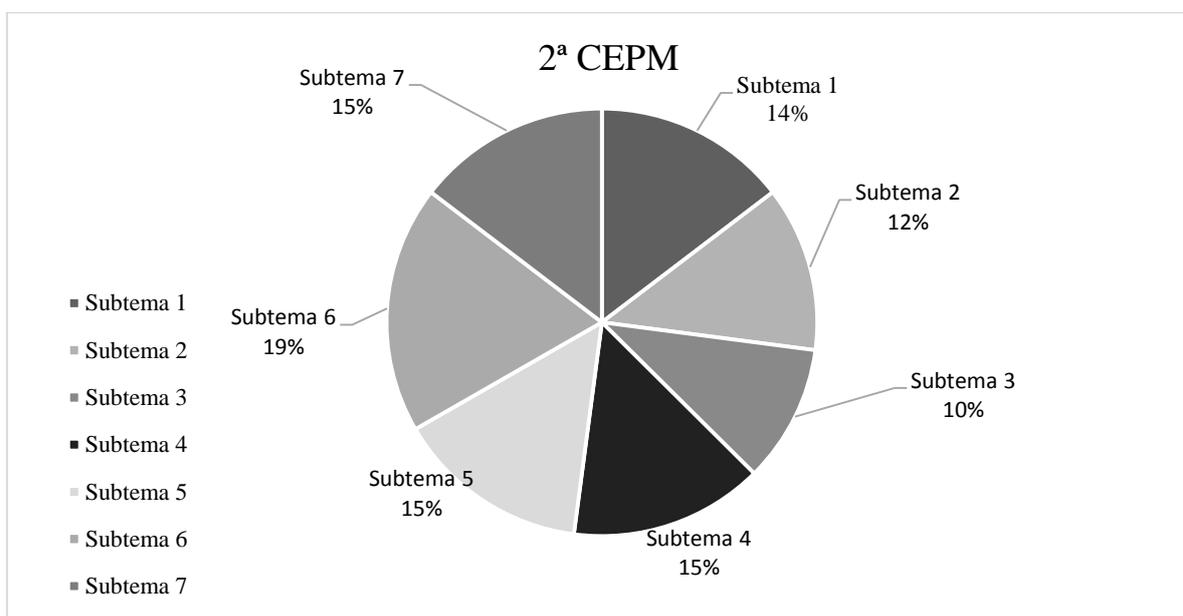
foram: 1) Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; 2) violência contra a mulher; 3) empoderamento da mulher; 4) reforma política; 5) a mulher no mercado de trabalho; 6) saúde da mulher; 7) as lutas e conquistas das mulheres camponesas em Santa Catarina; 8) igualdade racial; 9) mulher na educação. Os trabalhos em grupos foram pautados no eixo central “*Avaliação da implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*”, eixos temáticos e subtemas: Eixo temático I: Análise da realidade brasileira: social, econômica, política e cultural e os desafios para a construção da igualdade na perspectiva da Implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: Grupo A - Subtema-1) Transversalidade de gênero, pacto federativo e execução do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; Eixo Temático II: Avaliação das ações e políticas propostas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, sua execução e impacto: Grupo B – Subtema-2) Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; Grupo C – Subtema-3) Execução e impacto do PNPM em relação à educação inclusiva e não sexista; Grupo D – Subtema-4) Execução e impacto do PNPM em relação à saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos; Grupo E – Subtema-5) Execução e impacto do PNPM em relação ao enfrentamento da violência contra a mulher; Grupo F – Subtema-6) Gestão e monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; Eixo Temático III – Participação das Mulheres nos espaços de poder; Grupo G – Subtema-7) Execução e impacto do PNPM em relação ao empoderamento das mulheres. (2ª CEPM).

Com a aprovação do regimento interno da conferência, foi lida pela Presidenta do CEDIM/SC a “Carta ao Congresso Nacional”, entregue ao Grupo G para análise e deliberação, de forma a transformá-la em moção a ser entregue ao Congresso Nacional por três delegadas estaduais titulares representantes da sociedade civil, uma governamental municipal e uma governamental estadual. Tentou-se encontrar a carta, para conhecimento do seu conteúdo, mas ela não constava dos arquivos.

As propostas elencadas da 2ª CEPM foram: a) Exigência de que questões de gênero, raça/etnia e orientação sexual sejam transversalizadas em todas as políticas públicas (e como tal formuladas e executadas), impedindo que estas questões sejam confinadas a um órgão específico de atendimento à mulher; b) Promoção de ações amplas (fóruns, espaços de discussões, seminários, conferências e debates) no processo educacional, que envolvam temas

como orientação sexual, planejamento familiar, saúde, higiene, dentre outras, com inserção de conteúdos transversais nas disciplinas escolares, que abordem direitos humanos, questões de gênero, raça/etnia, orientação sexual e violência doméstica e familiar, da educação infantil ao ensino superior, com a correspondente capacitação dos profissionais da educação sobre estes temas transversais, conforme estabelecidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais– PCNS, (contemplando todos os arranjos familiares), com caráter informativo e participativo, nas áreas rurais, em comunidades de pesca, comunidades indígenas e quilombolas, populações de áreas de vulnerabilidade social, dentre outros e elaboração de cartilha popular ilustrada que contenha informações sobre as políticas públicas para mulheres; c) Implementação de projetos voltados às mulheres – especialmente às trabalhadoras domésticas; às agricultoras; às prestadoras de serviço (diaristas); às catadoras de materiais recicláveis; às profissionais do sexo; às mulheres apenadas, e outros grupos femininos vulneráveis – que ofereçam educação permanente (incluindo a alfabetização) e capacitação técnica, com a flexibilização de horários e turnos, favorecendo a atividade laboral das mesmas; d) Implementação de programas de educação continuada – capacitação – formação para profissionais das redes públicas de educação, saúde e assistência social, bem como para toda a comunidade escolar, acerca de abordagens metodológicas não sexistas, não racistas, não homofóbicas e não lesbofóbicas, contemplando programas de direitos humanos, estudos de gênero, raça/etnia, orientação sexual, história social da mulher, empoderamento, e outros afins, financiados com recursos do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação); e) Implementação de serviços de atendimento especializado e interdisciplinar às crianças, facilitando o acesso das mães ao estudo, com o aumento de escolas públicas que ofertem estes serviços, inclusive em períodos noturnos, com oferta de educação complementar no contra - turno escolar, previsto na LDB (Lei de Diretrizes e Bases); aumento do número de creches municipais de período integral, com ampliação de vagas nas já existentes, e aumento da oferta de creches nas empresas, incrementando a fiscalização de acordo com a legislação vigente; f) Realização de campanhas contra a violência nas escolas (desenvolvimento de cultura não-violenta), bem como inserção nos currículos escolares dos assuntos referentes à violência doméstica, gênero, raça/etnia e orientação sexual.

Gráfico 02 - 2ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de Santa Catarina



A 2ª CEPM, pela análise do gráfico acima, cumpriu seu papel de avaliadora do PNPM, visto que o subtema-6: Gestão e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres foi o que mais teve propostas (19%) do total geral.

Considerou-se importante destacar os avanços, obstáculos, as articulações e os instrumentos de monitoramento informados no relatório a partir da implementação do PNPM, que influenciaram as discussões dos movimentos sociais sobre as temáticas no estado de Santa Catarina.

Avanços identificados a partir da implementação do PNPM em SC: 1) assinatura do pacto de adesão pelo Governador do Estado de Santa Catarina, durante a realização da II Conferência Estadual, realizada em 12 e 13 de julho de 2007; 2) Criação da Lei Maria da Penha; 3) Articulação para implantação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher; 4) Criação de algumas Coordenadorias Municipais, Regionais e Estaduais da Mulher; 5) Realização das Conferências Municipais, Regionais, Estaduais e Nacional de Políticas para as Mulheres; 6) Assinatura do pacto de adesão de prefeitos e governadores.

Principais obstáculos à implementação do PNPM em SC: 1) a falta de informação e de socialização dos debates acerca das discussões promovidas pela Comissão Tripartite de

Igualdade de Oportunidade de Gênero e Raça no trabalho, instituída por meio de Decreto Presidencial, no âmbito do Ministério do Trabalho, em 23 de agosto de 2004; 2) falta de comprometimento do Governo Estadual e Municipal referente às propostas já aprovadas na 1ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres; 3) desconhecimento e centralização do PNPM; 4) inexistência de Conselhos de Direitos da Mulher nos municípios e falta de estrutura para o funcionamento dos Conselhos de Direitos da Mulher já existentes; 5) falta de adesão aos pactos e de capacitação para os profissionais na rede de atendimento à mulher; 6) falta e/ou redução no orçamento do Governo Federal, Estadual e Municipal para as políticas voltadas às mulheres.

Áreas onde houve ou faltou articulação explícita entre as políticas de caráter nacional e aquelas implementadas no Estado: **a) Houve articulação para:** 1) criação da Coordenadoria Estadual da Mulher e criação de alguns Centros de Referência para Atendimento à Mulher, no estado; 2) criação de três Varas Especiais para Atendimento à Mulher (Chapecó, Tubarão e Florianópolis); 3) adesão ao PNPM pelo Governador do Estado de Santa Catarina; **b) Faltou articulação:** criada em 2006 pelo Governo Catarinense, a Coordenadoria Estadual da Mulher, não se articulou com os Movimentos de Mulheres e municípios, para construção de debate, objetivando proposições referentes as políticas públicas para as mulheres no estado; **c) Razão ou motivo da não articulação:** 1) falta de rede de articulação entre os diversos Movimentos de Mulheres, em nível Estadual; 2) centralização e não criação de Conselhos dos Direitos da Mulher, na maioria dos municípios. (2ª CEP, 2007).

Instrumentos e organizações existentes no âmbito estadual para controle social das políticas para as mulheres e em especial do PNPM em 2007: 1) Coordenadoria Estadual da Mulher; 2) Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM/SC); 3) Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher em alguns poucos municípios; 4) Organizações da Sociedade Civil (25), e Fóruns (01).

Quanto à avaliação do conteúdo do PNPM e adequação às prioridades constantes no relatório, as catarinenses priorizaram a garantia ao direito à saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho para todas as mulheres.

5.2.3 3ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres (3ª CEPM)

A 3ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres (3ª CEPM) foi realizada pelo CEDIM/SC, em parceria com a CEM e a SST, nos dias 21 e 22 de outubro de 2011, em Florianópolis. Contou com a participação de 348 pessoas, sendo 171 representantes da sociedade civil, 69 representantes governamentais municipais, 33 representantes governamentais estaduais, 64 convidadas e observadoras. As conferências municipais envolveram 216 municípios. Dentre esses, 26 realizaram conferências próprias, sendo que os demais realizaram conferências regionais, em número de 24, proporcionando a participação de 4.167 pessoas.

O relatório da 3ª CEPM destaca o perfil das delegadas, observação não encontrada nas duas conferências anteriores.

As delegadas presentes a III Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de Santa Catarina possuem um perfil bastante eclético, característica de um Estado *sui generis*, de distribuição econômica e populacional não concentradas em torno da capital, mas em diversas grandes regiões pelo território catarinense. As delegadas oriundas de entidades de mulheres de concepções feministas e emancipacionistas concentram-se mais nas cidades polos das regiões do Estado (Litoral: Florianópolis; Sul: Criciúma; Vale: Itajaí e Blumenau; Oeste; Chapecó). As delegadas representantes do movimento negro organizado se concentram em Florianópolis, Itajaí, Laguna e Tubarão. Já representantes do movimento camponês na Região Oeste do Estado, reflexo das grandes lutas sociais pela conquista da terra travadas na região. 14,7% das mulheres presentes na Conferência Estadual informaram que integram os Conselhos Estadual e/ou Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher e outras 5,8% participam de outros conselhos municipais (assistência social, criança e adolescente, educação, idoso, igualdade racial, juventude, meio ambiente, saúde). As representantes do movimento negro totalizaram 5,38% das delegadas e da livre orientação sexual 2,69%. Do movimento camponês e de atuação no meio rural foram 6,72% das presentes. Mulheres de entidades e órgãos que atuam especificamente na questão da mulher representaram 17,48% da Conferência. 11,65% das conferencistas informaram que militam e

desenvolvem suas atividades diretamente no combate e atendimento às mulheres em situação de violência e 7,6% atuam diretamente na área da saúde da mulher. Mas um detalhe chama a atenção: grande parte das delegadas (28,25%) presentes na Conferência atuam na área da assistência social, seja através de entidades da sociedade civil ou órgãos governamentais, especialmente os CRAS e CREAS. Em grande parte, informam que atuam no atendimento da família como um todo e não focalmente na condição feminina da mulher. Ou seja, a questão da mulher é vista tão somente como uma questão de assistência social. Além disso, a Conferência teve uma grande participação de mulheres pertencentes a grupos da terceira idade (8,52%). Já as mulheres que atuam em clubes de mães representaram 8,52%, uma característica de organização das mulheres principalmente no interior do Estado, que na Conferência vieram nas regiões do Vale do Itajaí, Norte e Meio Oeste Catarinense. Além disso, participaram delegadas que atuam nas áreas da educação e cultura (6,27%), movimento de trabalhadoras urbanas (1,79%), clubes sociais como Rotarys e Lyons Club (1,79%), movimentos religiosos/pastorais (5,38%) e sindicalistas (3,58%) (3ª CEPM, 2011).

Pela primeira vez são relatadas as estruturas governamentais articuladoras e/ou executoras da Política para as Mulheres nos municípios, assim como os Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher existentes. Os organismos municipais de políticas para mulheres presentes em 2011: 1) Dionísio Cerqueira (Departamento Especial de Política Para a Mulher); 2) Itapema (Diretoria de Mulheres); 3) Xaxim (Secretaria da Mulher, Juventude e Terceira Idade); 4) Florianópolis (Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres); 5) Palhoça (Diretoria de Políticas Públicas para Mulheres). Os Conselhos dos Direitos da Mulher estão presentes nos seguintes municípios: Balneário Camboriú, Bombinhas, Canoinhas, Caçador, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Dionísio Cerqueira, Florianópolis, Itajaí, Itapema, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Rio do Sul, São Francisco do Sul, São Joaquim, Timbó, Tijucas, Tubarão. Os municípios que criaram organismo municipal de políticas para as mulheres, como resultado da 2ª CEPM, foram: Canoinhas, Florianópolis, Rio das Antas. Os municípios que criaram conselhos municipais dos direitos da mulher, como resultado da 2ª CEPM, foram: Canoinhas e Tubarão (3ª CEPM, 2011).

O relatório da 3ª CEPM traz ainda, dado da população feminina relacionados à demografia, expectativa de vida, mercado de trabalho, cor/raça/etnia/geração, ramo de atividades, educação, saúde, serviços sociais, serviços domésticos, agricultura, filiação de mulheres a sindicatos, trabalho formal e informal, serviço doméstico, escolaridade, diferenças salariais entre mulheres e homens, condição eleitoral, candidaturas femininas, entre outros. Relata a criação da CEM, destaca a falta de estrutura, autonomia administrativa e orçamentária da coordenadoria para articular e executar as políticas para as mulheres catarinenses. Segundo o relatório, a CEM permanecia acanhada, sem orçamento próprio, não conseguia viabilizar convênios, projetos ou acordos. Entretanto, na esfera do governo havia realizado algumas articulações com a Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca, Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, Secretaria de Educação. Explana sobre a dificuldade do Estado em priorizar nos planos do governo uma plataforma de políticas para as mulheres, do cumprimento do Pacto de Enfrentamento a Violência contra a Mulher, da falta do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres.

Iniciada pelo credenciamento e aprovação do Regulamento no dia 21 de outubro, a 3ª CEPM, realiza nesse mesmo dia, pela manhã, uma Mesa Redonda com a temática: Realidade Nacional e Estadual das Mulheres, as Perspectiva e os Desafios para Construção de Igualdade de Gênero para a Erradicação da Extrema Pobreza e para o Exercício da Cidadania das Mulheres. E à tarde, acontecem os trabalhos em grupos, organizados como segue: Grupo de Trabalho 1: Eixo I - Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social e Eixo XI – Gestão e monitoramento do PNPM; Grupo de Trabalho 2: Eixo II – Educação inclusiva, não sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica, Eixo IX – Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia, e Eixo XI Gestão e monitoramento do PNPM; Grupo de Trabalho 3: Eixo III – Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos, Eixo X – Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas, e Eixo XI - Gestão e monitoramento do PNPM; Grupo de Trabalho 4: Eixo IV – Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres e Eixo XI - Gestão e monitoramento do PNPM; Grupo de Trabalho 5: Eixo V – Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, Eixo VIII – Cultura, comunicação e mídias igualitária, democráticas e não discriminatórias, e Eixo XI - Gestão e monitoramento

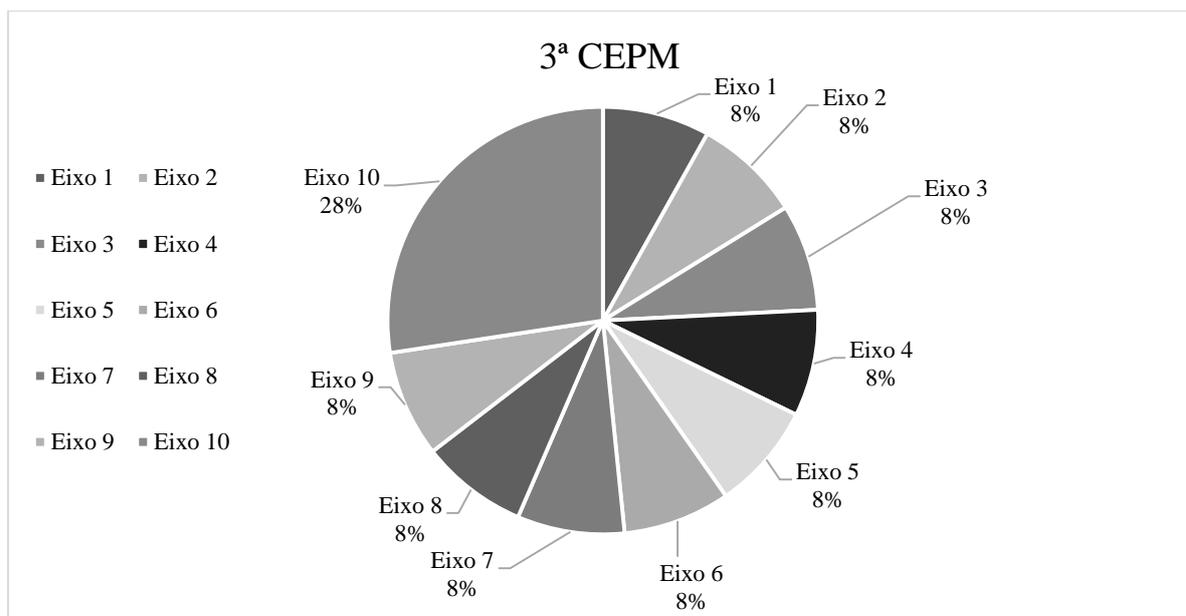
do PNPM; Grupo de Trabalho 6: Eixo VI – Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar, Eixo VII – Direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais e Eixo XI - Gestão e monitoramento do PNPM (3ª CEPM, 2011).

A abertura oficial da Conferência foi realizada no dia 22 de outubro, no período da manhã com a presença da Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República Iriny Lopes.

Propostas da 3ª CEPM: a) Criação e implantação, pelo SINE (Sistema Nacional de Empregos) de Santa Catarina, de uma política com recorte de gênero, raça/etnia na oferta de vagas de emprego para ampliar o acesso das mulheres no mercado formal de trabalho, através da articulação entre as demais políticas setoriais; b) Garantir a pactuação entre o governo do estado de Santa Catarina com o governo federal, para a implantação do Programa Mulheres Mil (Portaria 1015), que trata da qualificação profissional e tecnológica das mulheres; c) Promover cursos de alfabetização e EJA para mulheres, em horários diversificados, no campo e na cidade, com ênfase para as mulheres negras, indígenas, quilombolas e pescadoras artesanais, respeitando as especificidades das mulheres com deficiência e das mulheres privadas de liberdade; e criar mecanismos para sua permanência (incentivo, transporte, alimentação e material didático), através de espaço adequado e monitorado pedagógico para as crianças dessas mães; d) Implementar e ampliar campanhas educativas sobre a temática de gênero no serviço público e demais áreas, para sensibilização da sociedade, gestores e trabalhadores dos órgãos públicos, em relação a todas as formas de discriminação, visando à igualdade de direitos; e) Promover capacitação continuada para lideranças de movimentos de mulheres, ampliando a defesa e prevenção quanto a temas de ações afirmativas como racismo, sexismo, lesbofobia, machismo, ao Estado Laico e liberdades religiosas; f) oportunizar e implementar a produção e difusão de conhecimentos sobre gênero, identidade de gênero, orientação sexual e raça/etnia em todos os níveis de ensino; g) garantir e incentivar com recursos a formação continuada de todos os servidores públicos e privados, para o enfrentamento ao preconceito e equidade de gênero, raça e respeito às diversidades, em especial educação, saúde, assistência social e segurança pública; h) garantir recursos com

vistas à redução do analfabetismo feminino, em especial, entre negras, índias, ciganas, mulheres com deficiência e acima de 50 anos, respeitando as especificidades de gênero, raça/etnia, geração, orientação sexual e mulheres privadas de liberdade.

Gráfico 03 - 3ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de Santa Catarina



A 3ª CEPM elencou 62 propostas/recomendações. O regulamento da conferência, segundo o relatório, previa o número de 05(cinco) propostas por Eixo Temático. Observa-se que o Eixo 10: Gestão e Monitoramento do PNPM, foi além, ultrapassou os demais em 12 propostas. Isto se deve ao fato de que no Estado, no ano de 2011, após duas conferências, ainda não havia instrumentos necessários para efetivar e garantir as Políticas para as Mulheres, a exemplo de um Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, para contribuir no planejamento de toda a Política da Mulher no estado. Ferramenta útil, o Plano de Políticas para as Mulheres, delinea as estratégias de atuação do governo para cumprimento dos objetivos, correlacionando as ações com o tempo, recursos, responsabilidades e resultados pretendidos. Essencial para o planejamento de ações a serem executadas, levando em conta as realidades das mulheres e garantindo o melhor uso dos recursos públicos.

5.2.4 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres (4ª CEPM)

Com o lema: *Mais Direitos, Participação e Poder para as Mulheres*, a 4ª CEPM, foi realizada pelo CEDIM/SC e a CEM em parceria com a SST, nos dias 23, 24 e 25 de fevereiro de 2016, em Florianópolis, no auditório Deputada Antonieta de Barros da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Evento com características diferentes das três anteriores, contou com palestras, mesas redondas, confraternizações, atividades culturais, debates em plenária, trabalhos em grupo e eleição de delegadas por segmento, para facilitar o processo de eleição da delegação catarinenses para ir à 4ª Conferência Nacional.

A 4ª CEPM movimentou 295 municípios, 156 realizaram conferências municipais e intermunicipais e elegeram 530 delegadas para etapa estadual. Foram realizadas 35 conferências municipais com a participação de 3398 mulheres. Das 14 conferências intermunicipais, que envolveram 119 municípios, 13 informaram o número de 1309 mulheres participantes. As conferências livres foram realizadas em 6 municípios com a participação de 471 mulheres, totalizando a mobilização de 5178 mulheres (4ª CEPM, 2016).

A apresentação do relatório traz informações atualizadas sobre o crescimento demográfico, e os números sobre a violência contra as mulheres no Estado.

Constatou-se que houve um aumento no número de conselhos municipais de 20 para 34; OPMs de 05 para 07; organizações de 26 para 54, e 12 coletivos após a 3ª CEPM.

O relatório apresentado é o resultado dos processos de conferências municipais, intermunicipais, e livres, cujas prioridades foram apontadas na etapa estadual da 4ª Conferência Estadual de Políticas para Mulheres. O Estado de Santa Catarina é organizado administrativamente em regionais, distribuídas através de 35 Agências de Desenvolvimento Regionais (ADR's). A população de Santa Catarina em 2010 foi estimada, pelo Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 6.248.436 habitantes, equivalente a 3,27% da população nacional. Em relação ao censo de 2000, a população cresceu 16,68%. A taxa bruta de natalidade, dada pelo número de nascidos vivos por 1.000 habitantes, por ano, era de 12,54 em Santa Catarina, em 2009, enquanto no Brasil era de 15,77. De acordo com o IBGE, o crescimento demográfico médio anual em Santa Catarina foi o maior do Sul do país, estimado em 1,55%

nos últimos dez anos, ante 1,64% na década anterior. Nos anos 60, era de 2,89%. A taxa de crescimento da população do Estado deve continuar a crescer por mais duas décadas, depois estacionar ou até diminuir. O número médio de filhos por mulher no Estado vem caindo anualmente, passando de 2,04, em 2000, para 1,71 em 2006. A distribuição populacional por gênero segundo dados do IBGE extraídos do Censo 2010, aponta que, no Estado, os homens representavam 49,6% da população e as mulheres, 50,4%. A expectativa de vida da população estadual tem aumentado de forma contínua e gradual a cada ano e desde 1980 é a maior da Região Sul do Brasil. Em Santa Catarina evolui de 72,6 anos de idade, em 1997, para 75,7 anos em 2009, ou seja, mais 3,1 anos de vida, em apenas 12 anos. Apresenta, no entanto, variações quanto ao gênero, sendo de 72,6 anos para os homens e de 79,1 anos para as mulheres. Em Santa Catarina, o homicídio de mulheres cresceu 12% de 2006 a 2013. Em 2013, 122.829 mulheres foram vítimas de agressão no estado, seja ela física, psicológica ou sexual, 946 foram assassinadas entre 2003 a 2013 (Mapa Violência, 2015), e Tijucas encontra-se entre os 100 municípios mais violentos para as mulheres. (4ª CEPM, 2016).

Após a aprovação do Regulamento da Conferência, formou-se a Mesa Redonda para diagnóstico sobre as Políticas Públicas para Mulheres no Estado de Santa Catarina. O objetivo foi apresentar às delegadas, convidadas e observadoras da Conferência, as políticas públicas para as mulheres executadas pelas Secretarias de Governo. Estavam presentes representantes das Secretarias de Estado de Segurança Pública; da Saúde; da Educação, e da Assistência Social, Trabalho e Habitação. Foi convidada a participar da Mesa, a Vice-presidenta da Casa da Mulher Catarina e Conselheira do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP), Neusa Freire Dias, que palestrou sobre o tráfico de mulheres. As debatedoras foram as Conselheiras do CEDIM/SC, representantes da Rede Feminista de Saúde (RFS) e do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (4ª CEPM, 2016).

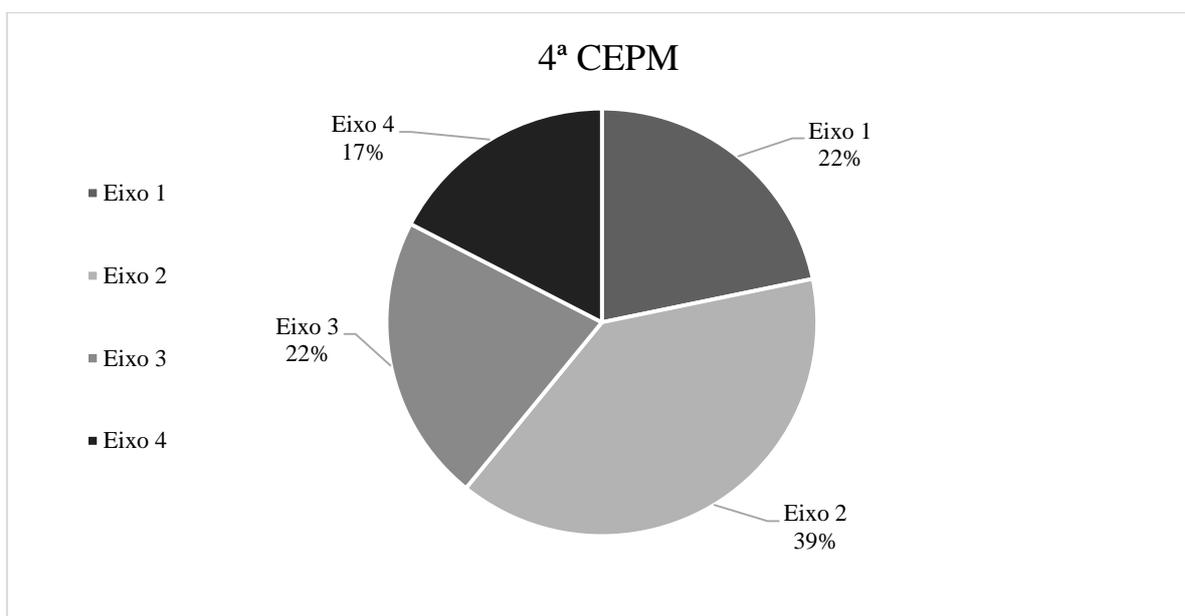
Músicas sobre as lutas das mulheres negras, poesias e frases de mulheres artistas, rap sobre mulheres e feminismo, foram apresentadas durante a Conferência. No período noturno do dia 23 aconteceu a Solenidade de Abertura da 4ª CEPM. Compuseram a mesa,

representantes das Secretarias de Governo, Coordenadorias da Mulher Estadual e Municipal de Florianópolis, representantes da Articulação das Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), Casa da Mulher Catarina, Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (ABGLT); Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Florianópolis (COMDIM); Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, Deputadas(os) Estadual; Conselheiras Nacional dos Direitos da Mulher; Coordenadoria das Delegacias de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso. Linda Goulart, Secretária Adjunta de Articulação Institucional e Ações Temáticas da SPM da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e de Direitos Humanos, fez a Palestra Magna sobre os significados e objetivos dos eixos temáticos da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (4ª CNPM).

Na manhã do dia 24 de fevereiro, no auditório Deputada Antonieta de Barros, aconteceu a Mesa Redonda para discussão dos Eixos Temáticos: Eixo I - Contribuição dos conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidade para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios; Eixo II - Estruturas institucionais e políticas públicas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios; Eixo III - Sistema Político com participação das mulheres e igualdade: recomendações; Eixo IV: Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídios e recomendações. O debate foi mediado para Presidenta do CEDIM/SC, e pela Coordenadora Estadual da Mulher. No período vespertino desse mesmo dia, foram reunidos os Grupos de Trabalho (GT). GT1 tratou do Eixo Temático I; GT2 discutiu o Eixo Temático II; GT3 abordou os eixos temáticos III e IV.

O Eixo I foi o condutor, e se constituiu na questão central da 4ª Conferência, em nome de princípios de igualdade, de equidade e de justiça social. Dentre os eixos discutidos na Conferência, a proposta relacionada à educação e gênero aprovada pela Plenária foi: Garantir a inclusão no currículo escolar os conteúdos da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) como tema transversal, e a reinserção da perspectiva de gênero no Plano Estadual de Educação, bem como a formação continuada sobre essa temática dos profissionais da educação.

Gráfico 04 - 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de Santa Catarina



Embora o CEDIM/SC tenha divulgado em 2015 as datas da 4ª CEPM, ela somente foi realizada em 2016. Conforme relatado nas atas que deliberaram sobre a conferência em questão, o processo iniciou em abril de 2015, com reuniões realizadas em Lages, cidade escolhida pelo conselho para a realização da conferência por estar no centro do estado e facilitar a participação das Delegadas vindas do Oeste Catarinense, além de ser uma das cidades com índices altos de violência contra as mulheres. Apesar das reuniões para escolha do local do evento e parcerias, a SST não disponibilizou os recursos necessários para a realização da conferência nas datas agendadas, com adiamento da conferência por três vezes, culminando sua realização nas datas de 23 a 25 de fevereiro/2016. Tal fato, fez com que o CEDIM/SC fizesse manifestação por escrito através do ofício circular 02/15, datado de 03 de dezembro/15, comunicando todas as Delegadas e interessadas, discorrendo sobre os fatos e se posicionando desfavorável às deliberações da SST¹⁷.

Vale destacar os seguintes parágrafos do ofício circular 02/15:

¹⁷ Ofício circular 02/15 – CEDIM:

file:///C:/Users/casa/Downloads/OF%20C3%8DCIO%20Circular%2002%20Adiamento%20da%204%C2%AA%20CEPM.pdf

[...] A 4ª CEPM foi a única que teve seus recursos negados, portanto, foi necessária a mobilização de várias lideranças políticas, que por compreenderem a importância da realização da 4ª CEPM, na proposição de eficazes políticas públicas para as mulheres no Estado de Santa Catarina, intercederam pró Conferência. [...]

[...] Os obstáculos enfrentados demonstram o quanto as mulheres catarinenses, precisam lutar para avançar em direitos no seu Estado, servem para fortalecimento e demonstração, por convicção, de que as conferências são instrumentos políticos necessários para mobilização e controle social.

Portanto, convocamos todas as Delegadas a participarem da 4ª CEPM, para que tenhamos o maior número possível de mulheres, demonstrando assim, o poder de mobilização das mulheres no Estado de Santa Catarina e a sua determinação no enfrentamento a todas as formas sutis de discriminação.

Mais direitos, participação e poder para as mulheres catarinenses.

Unidas e fortalecidas para a 4ª Conferência Estadual de Políticas para Mulheres.

De acordo com o relatório da 4ª CEPM, o objetivo da conferência era o fortalecimento da Política Nacional para as Mulheres e traçar estratégias para que as políticas públicas de igualdade para as mulheres sejam efetivas nas 27 Unidades da Federação e nos 5.570 municípios do País. Apenas 04 (quatro) Eixos Temáticos, foram discutidos, para cada Eixo eram necessárias apenas 05(cinco) propostas, mas o Eixo 2: Estruturas institucionais e políticas públicas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal, obteve 09 (nove) propostas, foram citados 03 (três) avanços acontecidos após a conferência de 2011: 1) Criação do Programa Mulheres SIM¹⁸; 2) Criação da Lei nº 16.620 de 7 de maio de 2015, que institui a Política Estadual para o Sistema Integrado de Informações de Violência Contra a Mulher no Estado de Santa Catarina, denominado Observatório da Violência Contra a Mulher-SC¹⁹; 3)

¹⁸ Programa Mulheres SIM, <http://www.ifsc.edu.br/menu-mulheres-sim-o-programa>

¹⁹ Observatório da Violência contra a Mulher,

https://www.google.com.br/search?espv=2&q=lei+do+observatorio+da+violencia+contra+a+mulher+em+sc&oq=lei+do+observatorio+da+violencia+contra+a+mulher+em+sc&gs_l=serp.12...3734.10029.0.12173.17.17.0.0.0.0.288.2458.0j11j3.14.0....0...1c.1.64.serp..6.2.386...30i10k1.80nAIQkbfDA

Criação da Lei nº 16.165/2013 que cria a Semana Estadual de Mobilização e combate à Violência contra a Mulher no Estado de SC²⁰.

O fato do Eixo II obter o maior número de propostas constata que, após três conferências, e um total de 525 propostas, o Estado de Santa Catarina ainda não criou estruturas institucionais e políticas públicas que atendam as mulheres como um todo. Ao contrário, enfraqueceu a Coordenadoria Estadual da Mulher, único organismo governamental responsável em articular a política no estado, quando a desvinculou da Secretaria da Casa Civil, onde ela ainda tinha alguma autonomia e recursos, e a vinculou na Secretaria de Assistência Social Trabalho e Habitação, sem quaisquer recursos, humanos ou orçamentários, aportados para sua manutenção e desempenho.

Tabela 2. RELATÓRIOS DAS CEPM

Conferências	1ª	2ª	3ª	4ª	Total
Data	17 e 18	12 e 13	21 e 22	23, 24 e 25	-
Mês/ano	06/2004	07/2007	10/2011	02/2016	-
Decreto ou Portaria	-	-	Portaria da SST	Decreto do Governador	-
Conferências Municipais	10	22	26	36	94
Conferências Regionais	29	10	20	-	59
Conferências Intermunicipais	-	-	-	14	14
Nº de municípios alcançados	275	121	216	156	-
Nº de Delegadas eleitas para CEPM	-	-	-	530	-
Nº de mulheres mobilizadas	3.733	1.996	4.167	5.178	15.074
Nº de Delegadas Participantes da CEPM	276	251	284	184	995
Nº de convidadas e observadoras	102	78	64	88	332
Total de participantes	378	329	348	272	1.327
Nº de Delegadas eleitas para a CNPM	56	79	78	78	291

²⁰ Semana Estadual de Mobilização, <http://www.leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-15142-2010-santa-catarina-institui-o-dia-estadual-de-mobilizacao-pelo-fim-da-violencia-contra-a-mulher-2013-11-12-versao-consolidada>

A tabela acima demonstra as singularidades entre as conferências. Tomando como comparativo a 1ª e 4ª CEPM, a mais recente foi realizada em três dias, enquanto as anteriores em dois, foi chamada via decreto, demonstrando sua importância, mobilizou o maior número de mulheres, ainda assim teve o menor número de participantes. Apesar do número de 83 vagas destinadas à delegação catarinense para participar da 4ª CNPM, das quais 56 destinadas às delegadas da sociedade civil, 17 às delegadas governamentais municipais, e das 10 vagas às delegadas governamentais estaduais, foram eleitas apenas 05 totalizando 78 delegadas eleitas²¹. No entanto, a 1ª CEPM, mobilizou o maior número de municípios e contou com o maior número de participantes.

Em um contexto geral, depois de analisados todos os relatórios, os anos de realização, as forças políticas, a atuação do Conselho e dos movimentos de mulheres no período das conferências, chega-se à conclusão de que, apesar do esforço do CEDIM/SC em realizar as conferências, ainda esbarra na vontade política do estado em dar o suporte necessário para o êxito das mesmas. Algumas diferenças como número de dias em que as conferências foram realizadas, se através de portaria ou decreto, as mobilizações para realização das conferências municipais, regionais ou intermunicipais, o número de delegadas participantes, o número de delegadas eleitas para as CNPM, demonstram que o Conselho e o movimento de mulheres e feministas no Estado é informado e orgânico, no entanto, as propostas elencadas nas conferências, não são implementadas pelo governo estadual.

²¹ <http://www.sst.sc.gov.br/index.php/conselhos/cedim/4-conferencia-estadual-de-politicas-para-mulheres/729-orientacoes-para-a-realizacao-das-conferencias/file>

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que a realização desta pesquisa, e dos resultados encontrados possa contribuir para melhor conhecer a história do CEDIM/SC no estado de Santa Catarina, e fortalecer sua atuação na defesa intransigente dos direitos das mulheres, além de despertar o interesse para que outros estudos aconteçam, buscando aprofundar o tema.

Nas 75 atas analisadas, diversas dificuldades são relatadas pelas conselheiras para o desenvolvimento do trabalho do conselho, quanto as proposição e monitoramento das políticas públicas para as mulheres no estado de Santa Catarina. Tais dificuldades não permitem que o Conselho cumpra efetivamente o seu papel. As maiores dificuldades/entraves são: a) o não cumprimento pelo estado das deliberações das conferências; b) o estado não disponibiliza recursos para a atuação das conselheiras, como diárias e transporte; c) as Comissões Temáticas não se reúnem regularmente; d) o conselho não consegue imprimir seus materiais informativos por falta de recursos financeiros; e) o governo estadual não disponibiliza numerário orçamentário específico no PPA para efetivação das políticas para as mulheres; f) falta discussão de gênero no planejamento das secretarias de governo; g) falta o apoio das secretarias estaduais para com as conselheiras governamentais; h) invisibilidade da política para as mulheres no estado; i) falta de estrutura para a Coordenadoria Estadual da Mulher; j) recusa do governador do estado em receber o CEDIM/SC, no período de 2010 a 2015; k) falta da coordenação do conselho para com a TV AL.

Dentre as propostas contidas na análise, muitas delas já respondem as demandas trazidas pelas conselheiras, como resultados positivos: a) o encaminhamento através de ofício, aos órgãos competentes das moções e propostas das quatro conferências realizadas, com pedido de providências; b) realização de campanhas e cursos em parceria com outros órgãos no âmbito estadual; c) questionamento ao estado, através de ofício, sobre programas, projetos e ações referentes às políticas públicas para as mulheres, nas diversas secretarias de governo; d) realização de Web Conferências; e) elaboração do planejamento anual do CEDIM/SC; f) a construção do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres pelo CEDIM/SC; g) a comunicação das ações, campanhas, legislação e deliberações do conselho feitas através da página do CEDIM, inserida no site da SST; h) a criação do blog e facebook do conselho,

tecnologias utilizadas para compensar a falta de materiais; i) reafirmação do CEDIM/SC como espaço de estudos e pesquisa, com abertura de espaço para estágio.

A análise das conferências nos proporcionou uma visão ampliada sobre as demandas das mulheres catarinenses, a necessidade da implantação e aperfeiçoamento de políticas públicas nas diversas áreas. Faz-se imprescindível o aprimoramento dos diagnósticos sobre a situação atual em que se encontram as mulheres catarinenses, uma análise profunda sobre os condicionantes históricos em relação às violências que atingem as mulheres cotidianamente, o reconhecimento às discriminações, principalmente nas diferenças salariais e propriedade da terra entre mulheres e homens. O resultado das conferências demonstrou que o Estado precisa de políticas públicas eficazes e abrangentes, de enfrentamento as desigualdades e seus desdobramentos.

Constatam-se durante a pesquisa três principais vitórias do CEDIM/SC: a) alteração na legislação que tornou o Conselho deliberativo após 17 anos de sua criação; b) reafirmação do CEDIM/SC como espaço de estudos e pesquisa, com abertura de espaço para estágio; c) reconhecimento de que o Conselho é um espaço democrático e articulador, de resistência, e um forte e valioso organismo de políticas públicas para as Mulheres catarinenses.

O CEDIM/SC, foi uma conquista dos movimentos feminista e de mulheres catarinenses, vem atuando ao longo desses 17 anos, de forma ativa, e autônoma, apesar das dificuldades já relatadas. O Conselho é o interlocutor das demandas das mulheres com o executivo, legislativo, judiciário, ministério público, e demais órgão estaduais e nacionais, articulando, propondo, fiscalizando e deliberando sobre as políticas para as mulheres no Estado. Os avanços evidenciados através dos documentos analisados demonstram, apesar das dificuldades e entraves, que o CEDIM/SC possui uma trajetória de resistência. Espaço democrático, de debate com o governo e a sociedade civil, o CEDIM/SC é um forte e valioso organismo de Políticas Públicas para as Mulheres, que precisa de mais visibilidade, e recursos para sua atuação. Mesmo com suas restrições administrativas e financeiras, articulou-se e criou parceiras em todas as esferas, investe no conhecimento das Conselheiras e sensibiliza as demais pessoas através de ações educativas.

Como controle social, é uma inesgotável fonte de pesquisa, um instrumento essencial e imprescindível no estado, na defesa de direitos, no monitoramento, e no assessoramento ao governo e demais órgãos estaduais em relação as Políticas Públicas para as Mulheres.

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM/SC fica localizado na AV. Mauro Ramos, 722, Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88020-300, Fone: (48) 3664.0631, e-mail: cedim@sst.sc.gov.br

Figura 1. Facebook

<https://www.facebook.com/cedimsc/?fref=ts>



Figura 2. Blog

<http://cedimsc.wordpress.com>



Figura 3. Página/site:

<http://www.sst.sc.gov.br/index.php/conselhos/cedim>



7 REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, CNDM, disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho>> Acesso em 03 de dezembro. 2016.

BRASIL, Políticas Públicas para as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres, disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2012/politicas_publicas_mulheres> Acesso em 11 de julho. 2016.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – 2013-2015. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p. : il. disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>> Acesso em 11 de julho. 2016.

COELHO, Clair C. **O Movimento Feminista e de Mulheres em Santa Catarina**. Clair Castilhos blog, 26 abril. 2012. Disponível em <<https://claircastilhos.wordpress.com/2012/04/>> Acesso 03 de dezembro. 2016.

GOVERNO DE SANTA CATARINA, Secretaria de Estado de Assistência Social Trabalho e Habitação, CEDIM, disponível em: <<http://www.sst.sc.gov.br/index.php/conselhos/cedim>> Acesso em 11 de julho. 2016.

GOVERNO DE SANTA CATARINA, Secretaria de Estado de Assistência Social Trabalho e Habitação, CEDIM, Relatório Final da 4 CEPM, 26 de agosto. 2016. Disponível em: <<http://www.sst.sc.gov.br/index.php/conselhos/cedim/4-conferencia-estadual-de-politicas-para-mulheres/721-relatorio-final-da-4-cepm>> Acesso em 03 de dezembro. 2016.

PITANGUY, Jaqueline. **As mulheres e a Constituição de 1988**. Disponível em: <<http://www.cepia.org.br/images/nov089.pdf>> Acesso em 03 de dezembro. 2016

PORTAL BRASIL, Cidadania e Justiça. **Mulheres Conquistam Direitos nos Últimos 100 Anos**, disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/03/mulheres-conquistam-direitos-nos-ultimos-100-anos>> Acesso em 11 de julho. 2016.

PORTAL BRASIL, Cidadania e Justiça. **Políticas Sociais Revolucionam a Vida de Mulheres Brasileiras**, disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/03/politicas-sociais-revolucionam-a-vida-das-mulheres-brasileiras>> Acesso em 11 de julho. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Pró-Reitoria de Pós-Graduação Coordenadoria de Educação Continuada, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de

Estudos de Gênero, Curso de Especialização EaD em gênero e diversidade na escola: Livro III, Módulo III/ Mara Coelho de Souza Lago [et al.]--Tubarão: Ed. Copiart, 2015. 152p. ; 28cm. – (Livros didáticos do GDE/UFSC – Unidades 1 e 2).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Pró-Reitoria de Pós-Graduação Coordenadoria de Educação Continuada, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Estudos de Gênero, BARRETO, Andréia; MANICA, Daniela; ARAÚJO, Leila; CARRARA, Sérgio; LEITE, Vanessa. Desigualdades de Gênero: movimentos sociais e políticas públicas. In: LAGO, Mara Coelho de Souza et al (Editoras). **Especialização em Gênero e Diversidade na Escola**. Livro III, Módulo III. Tubarão: Ed. Copiart, 2015, p. 17-46.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Pró-Reitoria de Pós-Graduação Coordenadoria de Educação Continuada, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Estudos de Gênero, MAGRINI, Pedro Rosas; LAGO, Mara Coelho de Souza. Teoria dos Movimentos Sociais e Lutas Sociais na América Latina, desafios para uma compreensão descolonial e feminista. In: LAGO, Mara Coelho de Souza et al (Editoras). **Especialização em Gênero e Diversidade na Escola**. Livro III, Módulo III. Tubarão: Ed. Copiart, 2015, p. 47-75.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Pró-Reitoria de Pós-Graduação Coordenadoria de Educação Continuada, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Estudos de Gênero, Curso de Especialização EaD em gênero e diversidade na escola : Livro V, Módulo V e VI / Miriam Pillar Grossi [et al.]. - - Tubarão: Ed. Copiart, 2015. 320 p. ; 28 cm. - (Livros didáticos do GDE/UFSC).